Bramido Comum

Autor(es): Nancy, JeanLuc
Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos
URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/34097>
DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0872-0851_44_3
Accessed : 26-Apr-2023 08:04:12

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

**REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA**

vol. 22 - número 44 - outubro 2013

vol. 22 - número 44 - outubro 2013

Fundação Eng. António de Almeida

BRAMIDO COMUM*

JEAN-LUC NANCY¹

Da política, hoje, nada resta.
Da política, hoje, tudo resta.

Nada resta, porque o que definiu o conteúdo da palavra «política» foi arrebicado por uma história que está fora de questão reactivar ou, sem dúvida, mesmo revisitar.

Esta história foi primeiramente a que viu nascer a *polis*: quer dizer, a forma que a si mesma se dava uma colectividade reunida e governada por si mesma, e não por uma autoridade divina. A cidade grega, bem como a romana, repousava numa transformação das organizações teocráticas ou tribais (frequentemente imbricadas umas nas outras), embora não sem a manuten-

* N.T.: Texto que acabou de ser editado na Revista *Lignes Ce qu'il reste de la politique*, mai 3013, n.º 41, p. 111-114. Expressamos *aquí*, também *aquí*, a Jean-Luc Nancy o nosso sentido agradecimento pelo dom do seu texto em língua portuguesa.

¹ N.T.: Professor emérito da Universidade de Marc-Bloch de Strasbourg, Jean-Luc Nancy é um dos grandes nomes da Filosofia contemporânea e o último testemunho, a derradeira voz viva da excepcional *comunidade de singularidades* chamada «geração de 60» – autor de uma obra imensa, que atravessa a Teologia, a Filosofia e as Artes à procura da sua instância *quase*-hiper-transcendental-ontológica ou da sua condição de possibilidade, de que se lembram aqui apenas alguns dos seus títulos mais recentes: *La Création du Monde ou la Mondialisation* (Galilée, Paris, 2002), *La Déclosion, Déconstruction du Christianisme I* (Galilée, Paris, 2005), *La Naissance des Seins* (Galilée, Paris, 2006), *Vérité de la Démocratie* (Galilée, 2008), *Le Plaisir au Dessin* (Galilée, Paris, 2009), *L'Adoration, Déconstruction du Christianisme II* (Galilée, Paris, 2010), *Atlan – Les Détrempes* (Hazan, Paris, 2010) *Maurice Blanchot, Passion Politique* (Galilée, Paris, 2011), *Politique et Au-delà*, entretien avec Philipp Armstrong e Jason E. Smith (Galilée, Paris, 2011), *L'Équivalence des Catastrophes (Après Fukushima)* (Galilée, Paris, 2012), *La Possibilité d'un Monde*, Dialogue avec Pierre-Philippe Jandin (Les Dialogues des Petits Platons, Paris, 2013).

ção de aspectos muito importantes das fortes hierarquias que estruturavam as sociedades tradicionais, assim como o deslocamento de uma parte da sacralidade social no que pode chamar-se (com anacronismo) uma religião civil.

O desenho geral da cidade antiga não tem mais qualquer sentido para nós, uma vez que ele mesmo se desfez. A *polis* formou-se, transformou-se e deformou-se com o movimento de uma civilização em mutação profunda, saindo da estrita reprodução agrícola para esboçar formas de produção e de comércio, a que Marx chama «pré-capitalistas». Finalmente, inventa-se a representação de uma outra cidade - a de um Deus resolutamente fora do mundo diante do qual mais nenhuma das hierarquias e das dominações que estruturavam a sociedade se aguentam.

A tarefa de fazer o mundo² – no sentido do espaço de circulação do sentido³ – a que deveria responder a cidade, divide-se em duas: por um lado, a transfiguração do mundo em reino de Deus; por outro, a configuração do mundo dos homens. «Política» torna-se então o nome de um espaço por inventar: chamar-se-á «república» (em todos os sucessivos valores da palavra, pelo menos, desde Bodin), espaço de criação do sentido (do mundo) cuja consistência e estabilidade (*Estado*) são asseguradas pela soberania (a qualidade de origem e de fundamento do «direito público»). Assim que a soberania deixa de ser identificada a uma figura (real, por exemplo) e se torna a do «povo» assume a tarefa de configurar o espaço do dito povo. A isso chama-se democracia.

Perante isto, a política sofre uma profunda deiscência: por um lado, permanece identificada à República e ao Estado, ao mesmo tempo que o campo do seu exercício e da sua legitimidade se determina como «nação», identidade suposta e/ou confeccionada, pelo lado oposto, guardando os traços de uma instância figural, autoritária e separada, está votada a anular a sua própria separação e a desaparecer enquanto esfera distinta, a fim de renascer

² N.T.: Para esta questão, veja-se, nomeadamente, Jean-Luc Nancy, *La Création du monde – ou la Mondialisation*, Galilée, Paris, 2002.

³ N.T.: Para esta questão, veja-se, nomeadamente, Jean-Luc Nancy, *Le Sens du Monde*, Galilée, Paris, 1993 (reedição em 2001) – uma das «teses» de Nancy é, justamente, a de que é absolutamente necessário partir do “sentido” [repensado a partir do desfalecimento ou do abandono arqui-originário do seu excesso ou do infinito da sua excedência] para re-pensar e re-inventar a política tida como modo de poder, de governação ou de regime, isto é, como mera gestão de forças num reino onde reina a indiferença da pura equivalência – de facto, se segundo Nancy é necessário partir da atenção à infinita excedência de “sentido”, é de um “sentido” ele mesmo re-pensado no sentido de apenas poder ser “em comum” (troca, envio, reenvio, partilha). É justamente a partilha deste “em comum” – o próprio “ser *a*” existir de cada existente – que faz o bramar subterrâneo da «comunidade»: que é a sua condição de possibilidade e o seu porvir, a sua promessa e a sua abertura infinita ao por vir.

imersa em todas as esferas da existência comum, a começar pelo exercício da decisão (conselho, democracia directa).

A separação da «política» não foi nem abolida, nem verdadeiramente mantida. Produziu-se efectivamente uma impregnação de todas as esferas da existência comum (quer dizer, tendencialmente a existência *tout court*, o comum do existir, humano e não humano, aquilo de que a palavra «comunismo»⁴ deveria estar encarregue) por esquemas tanto infra-políticos

⁴ N.T.: Para esta questão, veja-se, nomeadamente, Jean-Luc Nancy, *La Communauté affirmée* (Galilée, Paris, 2001), *Vérité de la Démocratie* (Galilée, Paris, 2008), *Politique et Au-delà* (Galilée, Paris, 2011) e *Maurice Blanchot. Passion Politique* (Galilée, Paris, 2011), obra na qual Nancy prossegue o esclarecimento do seu diferendo, quanto à natureza ou à “essência” da “comunidade” e/ou da política, com Maurice Blanchot (*La Communauté Inavouable*, Minuit, Paris, 1983) e, indirectamente, também com Georges Bataille.

Filósofo do “sentido”, sim, é certo, mas exigindo um outro modo do seu reconhecimento ao lembrar e ao postular que não há “sentido” senão in-finito, “*em comum*” [o que o filósofo distingue de “comum”] e implicando um «diferencial de valores», Jean-Luc Nancy advoga que é precisamente a *justa partilha* deste “*em comum*” – no fundo, o *impartilhável!* – que, a cada passo, locomove a “comunidade” – que é assim, que só pode ser assim uma “comunidade sem comunidade”, isto é, uma *comunidade de singularidades absolutas partilhando*, cada uma delas, na sua «singularidade plural» ou heterogênea, o seu *acesso* in-finito ou a sua *aproximação* do “sentido”. Não pode assim surpreender que a proclamação nancyana da urgência e da necessidade de uma “revolução”, não tanto política mas, sobretudo, da política ou da relação à política, tenha implícita nada mais nada menos do que a exigência de uma outra “civilização” – o que em Nancy significa antes de mais a exigência de um outro modo de reconhecimento do “sentido”. Como bem o sugerem os derradeiros parágrafos deste texto, o “em comum” é a instância que desconstrói o tradicional e dominante registo onto-teológico do político, sendo ao mesmo tempo a instância apolítica, excepcionalmente apolítica do pensamento, da escrita, do poético e da’s arte’s em geral que, na sua excepcionalidade – a excepcionalidade do incomensurável, do inequivalente que *mal* logra *ex-crever-se* –, paradoxalmente se revela uma instância hiperpolítica que, no seu bramido, vigia, assedia, locomove e apela à infinita perfectibilidade e/ou justiça da “política democrática”, a qual, entregue a si própria ou às suas formalidades reificadas e exangues, tende sempre para a tirania, como Emmanuel Levinas também ousou dizê-lo. Daí o registo contraditório ou paradoxal do “político” e da “democracia” em J-L. Nancy (que neste texto é posto em cena pela grafia da palavra *política* com e sem aspas): «A política democrática [...]» escreve Nancy em *Vérité de la Démocratie*, «corta rente toda e qualquer espécie de “teologia política”, seja ela teocrática ou secularizada. Ela coloca em axioma que nem tudo (nem o todo) é política. Que tudo (ou o todo) é múltiplo, singular-plural, inscrição em estilhaços finitos de um infinito em acto (“artes”, “pensamentos”, “amores”, “gestos”, “paixões” podem ser alguns dos nomes destes estilhaços. [...] a democracia é primeiramente uma metafísica e apenas de seguida uma política. Mas esta não é fundada por aquela: pelo contrário, ela não é dela senão a condição de exercício. Pensemos primeiramente o ser do nosso ser-juntos-no-mundo, veremos a que política este pensamento deixa tentar a sua sorte.», J-L. Nancy, *Vérité de la Démocratie*, *op. cit.*, p. 60 e 62.

como supra-políticos. Representações míticas e afectivas de destinos colectivos (cobrindo ao mesmo tempo enormes máquinas técnico-económicas), ou então representação da manutenção generalizada de um conforto na equivalência geral do valor mercado. De uma maneira ou da outra, um mundo de completude ou de saturação indefinida.

É a este ponto que nada resta da política e que por isso tudo resta: a questão da configuração de um espaço de circulação de sentido (pode dizer-se também: de sentido, logo de circulação, sem completude) é inteiramente colocada, aberta, escancarada.

Nesta abertura cintila pelo menos um sinal: todas as formas de completude ou de saturação – ideológicas e/ou técnico-económicas – engendram desigualdades – inumanidades, insensibilidades, insanidades –, não somente tão pesadas quanto as que alimentavam as antigas hierarquias e sacralidades, mas, além do mais, doravante claramente desprovidas de qualquer aparência de justificação natural ou sobrenatural.

É por isso que a política subsiste pelo menos como revolta – nem que seja, sempre que tal é preciso, como revolta contra a política. «Revolta» não quer dizer «revolução», na medida em que este último termo pôde carregar a projecção, ora de uma reviravolta da base da política – com conservação da sua estrutura –, ora de uma abolição integral da separação da sua instância. A revolta não promete tanto nem tão grandes riscos, e é por isso que ela pode desconfiar da política mesmo revolucionária. Mas protesta que a existência é insustentável se não conseguir abrir espaços de sentido. Que tal não se logra enquanto reinar – em vez de uma circulação – a circularidade impiedosa de tudo-o-que-retorna-ao-mesmo. Que este «reino» é ele mesmo desprovido de qualquer espécie de glória e de graça, enquanto que o outro, o do céu, não flutua mais senão exangue e a fazer caretas.

Subsistindo como revolta, ela não subsiste talvez mais de todo, mas não é talvez necessário pensar em termos de subsistência, de resto ou de sobrevivência. É sobretudo necessário nada esperar da «política», como se ela fosse o reservatório misterioso de não se sabe que recurso oculto de sentido.

A revolta denuncia ainda «o espírito de um mundo sem espírito», mesmo se ela não entende mais estas palavras exactamente da mesma maneira. Sem espírito: não sem «espiritualidade», mas sem a vivacidade de sinais e de gestos pelos quais somente se *existe*.

A revolta não explica, no entanto, o que seria o cerne de uma existência aberta às suas possibilidades. A revolta não discorre – *brame*. Que quer dizer «gronder» [«bramir»]? É quase uma onomatopeia. É grunhir, mugir e rugir. É berrar, é murmurar, resmungar, refilar, indignar-se, protestar, zangar-se a muitos. Resmunga-se sobretudo sozinho, mas isso brame em comum. O comum brame, é uma torrente subterrânea, passa por baixo fazendo tremer tudo.

(Tradução e notas de Fernanda Bernardo)